

**O *BOOM* DA MEMÓRIA NO INTERIOR DO CEARÁ:
MEMÓRIA INTELECTUAL E PATRIMONIALIZAÇÃO EM SOBRAL (1984-
2000)**

Jorge Luiz Ferreira Lima

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará

Professor de Rede Pública de Educação do Estado do Ceará

Email: jorgeluzflima@bol.com.br

RESUMO: Este trabalho apresenta uma discussão em torno do processo de patrimonialização verificado na cidade de Sobral, no norte do Ceará, entre os anos de 1984 e 2000. Tal recorte compreende o momento em que a memória do jornalista Deolindo Barreto Lima (1884-1924) foi invocada por seus familiares por ocasião do sexagésimo ano de sua morte brutal, resultado da consumação de um assassinato ocorrido no interior da Câmara Municipal num dia de eleição. Após um breve mapeamento da trajetória de construção desta memória dura, esforço perpetrado por seus amigos e familiares nos anos que se seguiram imediatamente à morte, buscamos identificar a associação desta memória ao processo de patrimonialização da cidade, concluído com o tombamento do sítio urbano histórico e arquitetônico, após o indispensável trâmite do processo junto ao órgão federal encarregado da política patrimonial a nível nacional, isto é, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A discussão ancora-se ainda nas memórias do jornalista Vicente Loyola (1873-1919), cuja trajetória profissional não pode ser dissociada de sua atuação política e se deu de maneira concomitante à de Deolindo Barreto. Os caminhos do patrimônio passaram, no caso em questão, pela suavização das memórias, pelo esquecimento e o apagamento de tensões, construindo um discurso em torno da importância de uma cidade a partir de sua contribuição para a história do Ceará e do Brasil, valorizando seu patrimônio edificado e as trajetórias de seus filhos ilustres, dentre estes, os dois jornalistas mencionados.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, patrimônio e cidade.

Este trabalho resulta de uma investigação acerca da construção da memória intelectual da cidade de Sobral, no norte do Ceará, processo iniciado na virada do século XIX para o XX, quando a imprensa consolidou-se como principal lugar de fala e de veiculação de discursos destinados a solidificar uma memória social voltada baseada na imagem de uma cidade intelectual. No interior do campo intelectual nascente àquela altura, operou-se uma fratura, um rompimento de padrões a partir das trajetórias dos jornalistas Deolindo Barreto Lima (1884-1924) e Vicente Loyola (1873-1919).

Disseminadores de um discurso de viés liberal, acabaram por experimentar a morte em circunstâncias violentas, sendo a mesma atribuída à sanha revanchista de seus adversários políticos, identificados no cerne do grupo local atrelado ao Partido Republicano Conservador. Ao longo das décadas seguintes, suas lembranças foram mescladas ao esquecimento durante o processo de patrimonialização. Para Antonio Gilberto Ramos Nogueira, “o termo patrimonialização tem sido empregado para designar todo processo de constituição de patrimônios a partir da seleção e atribuição de valor de referência cultural a bens e práticas culturais de determinados grupos de identidade” (NOGUEIRA, 2014).

Um marco em tal processo foi a monumentalização da figura de Deolindo Barreto, fato que afetou seu aspecto de patrimonialidade, conceito definido por Dominique Poulot como “o lugar sensível e íntimo que eles [os objetos, as lembranças] ocupam no âmago das consciências individuais ou dos grupos sociais, em decorrência do esforço despendido para viver em harmonia com a cultura material do passado” (POULOT, 2009, p. 33) e que parece confundir-se, atualmente, com a noção de patrimonialização, definida pelo mesmo autor como “a atribuição do qualificativo ‘patrimônio’ a objetos no seio de determinada sociedade e sua preservação legal”.

Tal processo não se apresenta livre de contradições e ambiguidades, como evidenciou Henri-Pierre Jeudy (1990, p. 3) ao escrever

Com frequência, o tratamento e a salvaguarda dos patrimônios orientam-se para um ideal da memória ‘rósea’. Os conflitos e os esquecimentos, os erros e os acidentes acabam sendo excluídos de tal modo que o desejo de ‘reapropriação’ das culturas e de seus signos identitários somente se detém diante dos obstáculos técnicos ou políticos. Essa lógica do patrimônio não abrigaria conflitos internos, mas se desdobraria segundo os princípios de uma restituição ilimitada dos signos culturais e de uma consagração ativa de sua perenidade.

O aspecto combativo das trajetórias dos intelectuais em questão foi sendo disfarçado, os adjetivos sendo substituídos por sinônimos suavizados, como que a eliminar as contradições, preparando o terreno para o trabalho de monumentalização e patrimonialização — etapas incontornáveis para a apropriação pela memória coletiva local.

Tal movimento pode ser percebido num pequeno texto escrito por Jocelyn Brasil Barreto Lima e publicado n’*A Imprensa* em dezembro de 1924. Ali, o filho mais velho de Deolindo Barreto ainda fez referência à dor produzida pela perda do pai, passando, em seguida, à descrição da cena imaginária de sua entrada no céu, desfazendo o propalado ateísmo do jornalista. Depois de uma vida marcada por batalhas contra a injustiça, Deolindo, a perfeita encarnação do justo, era recebido no Paraíso, em meio ao som de liras tocadas por serafins¹ (*A Imprensa*, 03/12/1924).

Percebemos aí uma mudança de foco no discurso da memória: não mais o corpo crivado de balas, os três dias de agonia, os estertores, a extrema unção, mas a alma sendo alçada às regiões etéreas. Deolindo desmaterializava-se, ou seja, as memórias individuais, íntimas, começavam a ser suavemente caladas; começava a surgir uma figura destinada a se tornar objeto de uma memória social, a imagem do jornalista tomava o primeiro plano. Jocelyn Brasil acreditava sentir o mesmo arrebatamento pelo jornalismo, mas a confissão de não possuir o mesmo talento para a escrita reconhecido em seu pai surtiu o efeito de enaltecer ainda mais as qualidades deste como escritor².

A escrita foi se tornando o instrumento da lembrança. Neste processo, o jovem Jocelyn Brasil tentou assumir o legado do pai e a defesa de sua memória, maculada pela impunidade de seus assassinos e a maneira insolente como afrontavam os amigos de Deolindo ao ostentarem a liberdade concedida por meio de *habeas corpus*, benefício

1 “Emquanto teu corpo jaz inanimado neste tumulto frio, a tua alma sobe aos céos, e lá estavam já os seraphins com as suas liras tirando das suas cordas notas maviosas que entoavam um hymno sentimental, á tua entrada de um justo, a entrada daquelle que em vida batalhou por um ideal nobre, a entrada daquelle que indifferente aos improperios que lhe atiraram á socapa, sustentou tenazmente uma campanha contra certos milicianos de Christo, campanha esta que veio terminar quando, soltando os ultimos suspiros, provaste estar com Deus.” *A Imprensa*, Sobral, 03 dez. 1924, p. 2.

2 Jocelyn Brasil seguiu carreira militar e tornou-se aviador, mas não deixou de embrenhar-se no jornalismo e tornou-se escritor. Politicamente definia-se como “um subversivo” ao recordar sua atuação destacada na campanha “O Petróleo é nosso” e a prisão durante a ditadura militar no Brasil. (BRASIL, 1990).

advindo do favorecimento por parte dos magistrados locais, acusados de recorrente parcialidade. Em um assomo de indignação e coragem, Jocelyn Brasil escreveu o nome dos assassinos na lápide do túmulo de Deolindo Barreto, inscrição esta que foi apagada em seguida por provocar incômodo (*A Imprensa*, 14/01/1925).

Entre a inscrição e seu apagamento, o túmulo de Deolindo Barreto tornou-se um palimpsesto da memória³. A camada de tinta posta sobre as garatujas feitas por Jocelyn Brasil constituem uma metáfora do processo de construção da memória do jornalista, marcada pela luta entre o lembrar e o esquecer, pela marcha inexorável rumo a uma memória social destinada a fazer o jornalista lembrado pela sociedade local, mas tal lembrança se faria à base da omissão de determinados aspectos de sua vida e trajetória e suavizando os conflitos.

O episódio acima nos lembra, ainda, as considerações de Jeanne Marie Gagnebin ao mencionar a associação entre túmulo e palavra nos trabalhos da memória fundamentados na luta contra o esquecimento, sendo, ao fim e ao cabo, “um reconhecimento do poder da morte” (GAGNEBIN, 1998, p. 219).

Paradoxalmente, a luta pela memória escondia a ânsia pelo momento em que Deolindo Barreto terminaria de morrer, teria sua alma desagradada por meio da punição dos assassinos. Por enquanto, sua morte não parecia completa e a letra impressa seguia desempenhando o papel de lembrar sua presença.

A memória de Vicente Loyola e Deolindo Barreto solidificara-se em torno da ideia de luta. Produziu-se uma memória social à base do silenciamento de vários aspectos das vidas individuais dos jornalistas. Não se recordava o fato de Vicente Loyola ter sido deputado estadual, nem das vitórias obtidas por ocasião da queda de Accioly, em 1912⁴. Fortalecera-se ao longo do tempo a imagem do lutador, apesar de

3 Adotamos, com algumas adaptações, a definição de palimpsesto apresentada por Sandra Jatahy Pesavento apresentada a seguir: “O palimpsesto é, na verdade, um reservatório, uma matriz de outros textos e imagens que, superpostos e camuflados, se ocultam uns sobre os outros. Por outro lado, o palimpsesto é, por excelência, a figura que requer a atitude *hermenêutica*, de decifração e de desvelamento de um sentido oculto, que é preciso decifrar. Igualmente, o palimpsesto, como figura que incita a um *ver além*, se aproxima do princípio literário da *mise en abîme*, ou da história que contém uma outra história.” (PESAVENTO, 2004).

4 Com a ascensão dos rabelistas ao poder, o nome de Vicente Loyola foi indicado para concorrer a uma das vagas de deputado estadual, em 1912, pelo Dr. Paula Rodrigues, o principal articulador do Partido Republicano Federal no Ceará (*O Rebate*, Sobral, 16 nov. 1912, p. 1). Eleito, Vicente Loyola viajou para Fortaleza a fim de tomar parte nos trabalhos da Assembleia Legislativa do Ceará em janeiro de 1913 (*O Rebate*, Sobral, 18 jan. 1913, p. 1). Foi eleito secretário da mesa legislativa (*O Rebate*,

enfermo e fraco, do homem determinado, consciente do caráter transcendente de sua missão. A ideia de uma suposta crença por parte dos dois jornalistas na predestinação à morte, à imolação em benefício da verdade fazia-se patente no discurso memorialístico daquele início dos anos 1930⁵.

Não se recorda, por exemplo, os momentos em que Deolindo Barreto recuou estrategicamente, dizendo atender a pedidos de leitores incomodados com a agressividade das polêmicas travadas com os adversários, como ocorreu em 1923, quando o conflito com o *Correio da Semana* atingia um de seus pontos mais agudos. Deolindo escreveu:

Satisfazendo pedidos de diversos sobralenses illustres lá de fora, onde tão má impressão tem causado o modo por que aqui se faz religião, resolvemos a não mais dar resposta ao pessoal do 'Correio da Semana'. Podem, portanto prevalecendo-se desta commoda situação nos agredir á vontade e no fim veremos quem assigna o recibo da cobardia (*A Lucta*, 28/03/1923).

Naquele momento de tensão, o jornalista sentia-se premido por todos os lados, e percebia seus adversários aproveitando-se de sua incompatibilidade com o bispo, a quem antes devotara respeito e amizade, para forjar a imagem do ateu, inimigo da Igreja e da moral e, portanto, das famílias sobralenses. A situação desconfortável parece tê-lo intimidado, pois era sabedor da influência do catolicismo junto ao público. Neste ponto, fazia-se sentir o inegável peso da religiosidade sobre a consciência de uma sociedade cuja identidade guardava forte vínculo com o cristianismo ligado às origens europeias de que se orgulhava.

O recuo, não lembrado por ser incompatível com a imagem do lutador inflexível, revela a tendência da memória a homogeneizar o passado, negando-se a problematizá-lo. A História, por sua vez, vem fazer o contrário. Ao resgatar os meandros silenciados pela memória coletiva, o historiador mostra coerência com o verdadeiro papel da História em relação à memória — papel que passa longe de uma suposta cooperação.

Sobral, 01 fev. 1913, p. 1), mas a queda do presidente Franco Rabelo, consequência do movimento conhecido como Sedição de Juazeiro, interrompeu aquela legislatura (LIMA, 1994).

5 Em 18 junho de 1932, Aragão e Albuquerque relembrou o aniversário de morte de Deolindo Barreto ao escrever: “A sua atuação no combate ás investidas audaciosas da politicalha de então constituía um verdadeiro IMPASSE de fogo á marcha da medieva mentalidade politica dominante. Impunha-se o seu desaparecimento afim de que fossem levados ao pincaro da vergonha, os trofeos das miserias reinantes!” (*O Debate*, 18/06/1932).

Inversamente, a História tem como função produzir a violação da memória, rasgando seu manto sacro, profanando-a, roubando-lhe a aura angelical e etérea e atirando-a de volta ao mundo dos homens, sujeitando-a à crítica e ao cotejo com as fontes de pesquisa.

Nesse sentido, Pierre Nora escreveu:

No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é deslegitimação do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. (NORA, 1993, p. 9).

Contornando suas trajetórias individuais tortuosas, a memória local acabou incluindo Vicente Loyola e Deolindo Barreto entre os nomes considerados dignos de figurar como patrimônio da cidade, o que pode ser verificado na atribuição de seus nomes a alguns logradouros públicos, inserindo-os na trama urbana e tornando-os parte do cotidiano dos transeuntes da cidade, daqueles que traçam itinerários compondo aquilo que Michel de Certeau chamou de uma “retórica da caminhada”, ao concluir que “a arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos” (CERTEAU, 2008, p. 179).

O ato de nomear as ruas, atribuição do poder legislativo local, mostra-se como um “dever de memória que passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios”, como colocou Jöel Candau, pois, “apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-la renascer e reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade” (2016, p. 68). De acordo com Karla Cristine Rodrigues, a necessidade de identificação fica visível “quando pensamos nas placas fixadas nos lugares e monumentos, que estão ali para identificar, legendar” (2016, p. 29).

Para Jean-Charles Depaule e Christian Topalov, a língua “na medida em que ‘está envolvida com o espaço e com o tempo’, com relações que memória e territórios mantêm” e “a maneira como a linguagem ordena, informa o espaço”, tem sido o interesse comum a diversas abordagens a respeito das “palavras da cidade”, ou seja, de

estudos voltados para a compreensão do sentido da cidade a partir das ações linguísticas nela verificadas (2001, p. 18).

Em 1984, ano de centenário de nascimento de Deolindo Barreto, seu busto de bronze foi inaugurado no Paço Municipal pelo prefeito Joaquim Barreto Lima, seu sobrinho-neto, filho de Cesário Barreto e neto de Francisco das Chagas Barreto Lima. Num momento em que a política nacional era convulsionada pela intensificação das campanhas em prol da redemocratização, de par com a impassibilidade de uma ditadura militar aparentemente inabalável, a inauguração de um monumento erguido à memória do jornalista assassinado vem mostrar o desejo de perenidade de sua memória e de sua luta.

Naquela ocasião, Deolindo Barreto passou a ser representado por meio de um monumento, como o defensor dos “pobres de espírito”, significando aqueles que, por não terem acesso à imprensa, não teriam encontrado defesa contra a opressão exercida pelos poderosos se não tivesse existido o jornalista corajoso e disposto ao sacrifício. Reforça-se, pois, a imagem do herói e do mártir, agora também figurado como um dos vultos importantes da cidade, que o deve contemplar e venerar.

Idealizar, construir e inaugurar um monumento são etapas de um trabalho de historicização “desenvolvido por políticas culturais que fabricam para si mesmas o espelho de seu poder e de suas modalidades de gestão” (JEUDY, 1990, p. 136). O monumento a Deolindo Barreto, erguido diante da Câmara Municipal, tem aquela função lembrada por Françoise Choay, de “tocar, pela emoção, uma memória viva” (2017, p, 17-18).

Figura 1 - Monumento em homenagem a Deolindo Barreto, Sobral (CE)



Fonte: Acervo do autor.

Invocar a memória de Deolindo Barreto por meio de uma comemoração do centenário de seu nascimento não deixou de ser momento de também lembrar sua morte violenta, experiência traumática para sua família e episódio nunca totalmente absorvido e explicado pela memória local, especialmente controverso em face da impunidade conferida aos seus algozes. Sessenta anos depois, seus descendentes haviam galgado posições de poder e tinham de manter, por isso, algum tipo de relação com os descendentes dos acusados, sendo necessário apaziguar o trauma da violência, dissimular a luta e os conflitos que marcaram a vida, a morte e um esforço inicial de construção de sua memória.

Nesse sentido, tomamos novamente as palavras de Françoise Choay para adentrar as motivações daqueles que edificaram o monumento. Ela escreveu:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. (CHOAY, 2017).

Preservar a identidade, mas, ao mesmo tempo, promover uma defesa contra os traumas da existência. O trauma da morte de Deolindo Barreto convertera-se, sem dúvida, em trauma para a existência de seus descendentes. O monumento vinha constituir um “dispositivo de segurança” contra esse trauma, sendo erigido, não por acaso, em frente à Câmara, expiando o fato de ali, naquele parlamento, ter sido cometido o brutal atentado que resultou em sua morte.

A comemoração do centenário de nascimento de Deolindo Barreto e, ao mesmo tempo, do sexagenário de sua morte, foi pensada, de acordo com as palavras escritas por Dráusio Brasil Barreto, como mais uma etapa na luta contra o esquecimento, e foi

possível graças ao fato de um de seus descendentes achar-se, naquele instante, ocupando uma posição de poder, como se lê no trecho a seguir:

Aqui estamos todos reunidos... numa apoteose de amor e respeito para comemorar teu centenário. Tal acontecimento talvez tivesse passado despercebido, não fora, por uma dessas felizes coincidências, tal qual seja a de se achar à frente da Prefeitura Municipal, justamente nesta data, um teu sobrinho – o JOAQUIM, cuja qualificação e generosidade ensejaram tamanho espetáculo de gratidão e quiçá de civismo mesmo. (LIMA, 1984, p. 1 *apud* SANTOS, 2005, p. 193)

De acordo com François Hartog, a comemoração “é inicialmente religiosa”. Mencionando a Última Ceia como ato que no momento mesmo de seu transcurso já se deu a comemorar — “Faça-se isso em minha memória” —, este historiador concluiu que a ausência, nesse caso, significa a “presença invisível daquele que não se deverá nunca parar de lembrar e de imitar” (HARTOG, 2014, p. 183). Assim, ao comemorar o centenário de nascimento de Deolindo, seus familiares e amigos reativaram uma memória difícil, dura, contrastante em relação à memória organizadora sobralense, conscientes que estavam da necessidade de lutar contra o esquecimento – luta facilitada pela ocupação de um lugar de poder por parte de um de seus descendentes. Andreas Huyssen nos lembrou, ainda, que a luta contra o esquecimento se faz com “estratégias de sobrevivência e memorização pública e privada” (HUYSSSEN, 2000, p. 20), e o monumento seria uma delas.

Poderíamos considerar o monumento a Deolindo Barreto como o marco inicial de um “boom da memória” sobralense? Isto porque, como veremos adiante, a década seguinte foi momento de intensificação dos esforços pelo reconhecimento do sítio histórico de Sobral e seu consequente tombamento pelo IPHAN. A expressão “*boom* da memória” tem sido empregada para designar, nos domínios da historiografia, a volta da memória ao centro dos debates em várias áreas de pesquisa, resultado da descrença para com o racionalismo científico. De acordo com Délcio Marquetti, o fim dos regimes ditatoriais na América Latina contribuiu para esse movimento, pois fortaleceu aquilo que Beatriz Sarlo chamou de “retórica testemunhal”. (MARQUETTI, 2012).

Ao processo de patrimonialização soma-se a atribuição do nome de Deolindo Barreto a uma das ruas do centro da cidade. O mesmo foi feito com Vicente Loyola,

cujo nome foi atribuído a uma rua do bairro Alto da Expectativa, antigo Campo dos Velhos. Cordeiro de Andrade hoje é o nome de uma pequena rua nas imediações da Catedral da Sé, próximo da Câmara Municipal e da margem do Rio Acaraú.

Aqui, abordamos aquilo que Joham Michel definiu como “políticas da memória”, ou “o conjunto de intervenções dos atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis memoriais, panteões, etc...)” (MICHEL, 2010, p. 14-15).

Para nossa discussão, interessa definir como “atores públicos” as administrações municipais da cidade de Sobral. Em diferentes momentos, podemos perceber a intensificação de trabalhos destinados a formatar a memória oficial destes locais, especialmente por meio de políticas de patrimonialização e instalação ou revitalização de espaços de recordação — museus, memoriais, monumentos etc.

Em documento encaminhado à coordenadora de 4ª CR/IPHAN em 20 de setembro de 1996, e assinado pelos clérigos padre Francisco Sadoc de Araújo e monsenhor Sabino Guimarães Loyola, assim como pela professora Glória Giovana S. Mont’Alverne Girão, o pedido de proteção ao patrimônio histórico sobralense foi formulado nos seguintes termos:

Com o intuito de salvar e resguardar o que ainda resta desse precioso legado, vimos, os abaixo assinados filhos, moradores e admiradores da Cidade de Sobral, solicitar a V. Sa. que examine a possibilidade de adoção imediata de medidas de proteção ao acervo de nossa cidade. Desnecessário mencionar a importância de que se reveste tal iniciativa para as futuras gerações que terão na permanência desses símbolos do passado testemunhos eloquentes do relevante papel desempenhado por nossa cidade no processo de desenvolvimento social, econômico e cultural do estado do Ceará e do Nordeste. (4ª SR/IPHAN. Processo nº 1.379-T-97).

Dois argumentos importantes chamam a atenção. Primeiro, a justificativa do pedido aponta a preocupação no sentido de garantir a presença do passado no futuro, ou seja, manter o passado presente, garantindo às gerações futuras o acesso a ele. Em segundo lugar, a importância desses “símbolos do passado” estaria naquilo que eles comprovam, ou seja, o papel relevante da cidade no processo de desenvolvimento do

Ceará e do Nordeste, confirmando, mais uma vez, a convicção a respeito do papel de destaque da cidade a nível regional.

Para o IPHAN, porém, a justificativa do tombamento do sítio histórico de Sobral estaria na “necessidade e a oportunidade de reconhecê-lo e preservá-lo como um dos mais importantes documentos do urbanismo colonial nesta região e da história do desbravamento e da ocupação do sertão nordestino” (4ª SR/IPHAN, 1998, p. 115-116). Percebe-se que o órgão governamental dirigiu seu olhar muito mais para o passado, ancorando-se na noção de cidade-documento, conforme apontado no próprio estudo elaborado para instruir o processo de tombamento em questão⁶. O sítio urbano, sob essa perspectiva, encontraria seu valor nas marcas que traz, em sua conformação arquitetônica e paisagística, do passado.

O processo de tombamento resultou na configuração de um espaço urbano central marcado também pelo predomínio das fachadas dos imóveis do início do século passado. O esforço no sentido de devolver à cidade suas feições arquitetônicas e urbanísticas passadas tem o interesse de atrair turistas e fortalecer o vínculo de pertença dos moradores. Recentemente, o asfalto das ruas do centro foi retirado, dando lugar a “charmosos blocos de concreto, tornando o passeio mais agradável” (*O Povo*, Fortaleza, 03/01/2017). A ideia é de que os transeuntes, sejam eles visitantes ou moradores, tenham uma experiência de volta ao passado, lembrando as origens da cidade. Nos casarões imponentes, nas igrejas e praças rigorosamente limpas, nos nomes das ruas tomados de importantes homens de letras, políticos e profissionais liberais de tempos passados, reside o orgulho sobralense, exposto no espaço urbano.

6 “Na década de 80, procurou-se, pela primeira vez de modo sistemático, montar uma metodologia para o trabalho de seleção e preservação de áreas urbanas. Apoiada nessa ideia de ‘cidade-documento’, preconizou o estudo das etapas de formação e desenvolvimento do núcleo urbano e a identificação das marcas deixados no espaço pelos processos históricos mais importantes. Isto implicou, entre outras coisas, a possibilidade de tombamento de áreas urbanas vistas como sem valor artístico ou dotadas de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já alterados, algo impensável até este momento.” (4ª SR/IPHAN, 1998, p. 3).

Figura 2 - Teatro São João, Sobral (CE)



Fonte: Acervo do autor.

Figura 3 - Museu D. José, Sobral (CE)



Fonte: Acervo do autor.

Dessa forma, a cidade se revela enquanto “construto inventado pelo homem para contar sua história”, valorizando seus aspectos de “forma e imagem” (NOGUEIRA, 2015). A preocupação com a preservação e o restauro das fachadas antigas revela o desejo de manter uma imagem, uma paisagem da qual os transeuntes possam apropriar-se, instigando a atribuição de sentidos à cidade a partir da sua forma e materialidade.

Sobral foi a cidade da zona norte a reunir, no início do século passado, condições mais propícias ao surgimento do intelectual enquanto sujeito coletivo graças, principalmente, ao desenvolvimento de sua imprensa, processo que comportou as experiências de Vicente Loyola e Deolindo Barreto. No entanto, a construção de uma memória coletiva baseada na afirmação da cidade enquanto pátria de intelectuais tem ido além do aformoseamento do espaço urbano por meio da revitalização ou construção de novos monumentos.

Após a entrada dos anos 2000, tem sido notável o esforço das últimas administrações municipais de Sobral no que tange à cultura e ao patrimônio. As mais recentes intervenções urbanas buscaram devolver ao centro da cidade um aspecto paisagístico que remete aos anos vinte do século passado. A monumentalização, o preservacionismo e a patrimonialização são ali encaradas como parte da política de administração municipal a qual, em suas medidas, tem revelado o interesse em manter certo ar progressista, realçando instalações de equipamentos modernos em meio a uma paisagem urbana onde se preservam elementos arquitetônicos de épocas passadas.

Em 2013, no prefácio da obra do arquiteto Romeu Duarte Jr., o prefeito Clodoveu Arruda Neto escreveu: “Este livro, na verdade um poema escrito para uma cidade, é mais um capítulo na história que construímos, na história de uma Sobral que respeita o seu passado, mas que tem os olhos voltados para o futuro.” (DUARTE JR., 2013, p. 19).

Passado, presente e futuro estão desenhados no espaço urbano de Sobral, numa clara mensagem dirigida a seus habitantes e visitantes, aos quais pretende fazer com que a cidade permaneça em uma posição de destaque a nível regional. A conservação e o reconhecimento de patrimônio material representam uma construção do passado capaz de referendar sua superioridade econômica e política sobre as demais. Uma memória intelectual incrustada nas praças e instituições voltadas para a difusão cultural ali foi ativada com o fim de reforçar a distinção de Sobral em relação às demais cidades da zona norte do Ceará.

O bronze dos monumentos impôs pesado silêncio às vozes dos intelectuais monumentalizados. As polêmicas e querelas do passado, expressões do choque entre portadores de ideologias e pensamentos políticos antagônicos — modernidade *versus* tradição, liberais *versus* conservadores, católicos *versus* ateus e agnósticos —, não encontram expressão na frieza dos bustos e das placas que informam os nomes das ruas e demais logradouros públicos.

Um ajuntamento de esquecimentos é o que constitui a memória coletiva, como bem colocou Jöel Candau (2013, p. 92). No caso da cidade de Sobral, a construção de seu passado não dispensou a colaboração dos intelectuais, mas suas lutas e debates foram destinados ao esquecimento, sendo lembrados apenas seus êxitos literários e políticos. Dizer o que não foi lembrado, apontar as lacunas e os silêncios da memória oficialmente constituída é parte da função do historiador, tendo em vista que o direito à memória é parte indissociável da cidadania cultural, prerrogativa que deve ser estendida ao maior número possível de indivíduos no interior de nossa sociedade. Encerramos este trabalho lembrando as palavras de Ricardo Oriá, que escreveu: “No contexto da cidadania cultural se inscreve o direito à memória histórica” (2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 4ª SR/IPHAN. *Estudos para o tombamento do conjunto urbanístico da cidade de Sobral-Ceará*. Vol. 2. Janeiro de 1998.
- BRASIL, Jocelyn. *Andanças e lembranças*. 2 ed. Belém: Edições Aleutianas, 1990.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 14 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6 ed. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2017.
- DEPAULE, Jean-Charles; TOPALOV, Chistian. A cidade através de suas palavras. In: BRESCIANI, Stella Maria. *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2001.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LIMA, Marcelo Ayres Camurça. *Marretas, molambudos e rabelistas: a revolta de 1914 no Juazeiro*. São Paulo: Maltese, 1994.
- LIMA, Dráusio Brasil Barreto. Gloria Pater, Levanta-te Deolindo!. In: *Mensagem*, Sobral, 13 mai. 1984, v. 33, n. 6.
- MARQUETTI, Délcio. O boom da memória e a retórica testemunhal: breve análise da obra literária de Flávio Tavares. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, n. 14, dez. 2012, p. 127-142.
- MICHEL, Joham. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, ago-nov 2010, p. 14-26.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p. 37-53, out./dez. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORIÁ, Ricardo. Fortaleza: lugares de memória. In: SOUSA, Simone (org.). *Uma nova história do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 237-256.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. *Revista Esboços*, UFSC, v. 11, n. 11, 2004, p. 25-30.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente: século XVIII-XXI*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, Karla Cristine. *Um filho para a Pátria: a construção da memória em torno de General Tibúrcio e a escrita da História do Ceará (1887-1937)*. 174f – Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2016.

SANTOS, Chrislene Carvalho dos. *Sentimentos no sertão republicano: imprensa, conflitos e morte. A experiência política de Deolindo Barreto (Sobral, 1908-1924)*. 2005, 212f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas,

I
n
s
t
i
t
u
t
o

d
e

F
i
l
o
s
o
f